

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2011 (Do Sr. Geraldo Resende)

Requer realização de audiência pública para discutir as políticas públicas voltadas para mulher, em especial as de combate ao câncer de mama e ao exame de Mamografia no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 e art. 24, III do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido esse Plenário, se digne a realizar Audiência Pública para discutir **as políticas públicas voltadas para mulher, em especial as de combate ao câncer de mama e ao exame de Mamografia no Brasil**, com a participação de:

- Dr Carlos Alberto Ruiz, presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia;
- Dra Maira Caleffi, presidente da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, Femama;
- Representante do Instituto Nacional de Câncer, Inca;
- Representante do Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer – Inca, o câncer de mama é o segundo tipo mais frequente no mundo, sendo o mais comum entre as mulheres, respondendo por 22% dos casos novos a cada ano. Se diagnosticado e tratado oportunamente, o prognóstico é relativamente bom.

Raro antes dos 35 anos, acima desta faixa etária sua incidência cresce rápida e progressivamente. Por isso a importância das mulheres terem acesso ao exame periódico de mamografia.

No Brasil, as taxas de mortalidade por câncer de mama continuam elevadas, muito provavelmente porque a doença ainda é diagnosticada em estádios avançados.

Segundo o Sistema Nacional de Informação sobre Mortalidade, estima-se 49.240 novos casos para este ano, representando esta a primeira causa de mortalidade por câncer entre a população feminina brasileira. Só em 2008, último ano de mortalidade consolidada pelo Sistema Nacional de Informação sobre Mortalidade, foram 11.813 óbitos. Ressalte-se que o procedimento da mamografia permite uma redução de 30% da morte por câncer de mama em mulheres de 50 a 69 anos.

Uma pesquisa sobre a atenção à saúde das mulheres, realizada pela Dra. Ana Maria Costa, da Universidade de Brasília, revelou que em 81% das cidades brasileiras não há aparelho para mamografia, o tratamento só tem cobertura para 75% dos casos e somente em 8,1% dos municípios.

Ademais, muitos estudos apontam que o ideal é que o exame de mamografia seja feito a partir dos 50 anos, confrontando a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que assegura a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 anos de idade.

Fato é que a regularidade na realização da mamografia é imprescindível porque constitui uma espécie de histórico da paciente, possibilitando um estudo mais detalhado sobre possíveis alterações na mama ao longo do tempo. Ocorre que faltam médicos e técnicos para colocar os equipamentos (mamógrafos) em pleno funcionamento, conforme avalia o próprio Inca. Outro problema também já apontado é a má qualidade dos exames realizados, que revelam resultados errados ou imprecisos.

Louvável a bela iniciativa da Presidenta da República Dilma Rousseff de lançar Ações de Fortalecimento da Rede de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer, alcançando programas nacionais de controle dos dois tipos que mais atingem as mulheres: o câncer de mama e o do colo do útero. Foram anunciados mais de R\$ 4,5 bi de investimentos até 2014.

Frente a esta realidade, mostra-se urgente a discussão e a revisão das políticas públicas voltadas para saúde da mulher, em especial no que tange ao combate do câncer de mama, que vem matando milhões de mulheres que poderiam aumentar a sobrevida com a cura, se diagnosticadas no início da doença.

Sala das Comissões, em 24 de março de 2011.

GERALDO RESENDE
Deputado Federal - PMDB/MS